



PARECER PRÉVIO Nº 34/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10936/2021.

Apensos: Processo nº 10937/2021 e 10938/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari.

4- Exercício: 2007.

5- Responsável: Bruno Luis Litaiff Ramalho (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1409/2021-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2007.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Carauari, referente ao exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. **Bruno Luis Litaiff Ramalho**, Prefeito Municipal de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c art. 127 da CE/1989, com redação da EC nº. 15/1995, art. 18, I, da LC nº. 06/1991, artigos 1º, I, e 29 da Lei nº. 2423/1996, e art. 5º, I, da Resolução nº. 04/2002, e art. 3º, III, da Resolução nº. 09/1997.



PARECER PRÉVIO Nº 34/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 30 de Junho de 2022.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 34/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10936/2021.

Apensos: Processo nº 10937/2021 e 10938/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari.

4- Exercício: 2007.

5- Responsável: Bruno Luis Litaiff Ramalho (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1409/2021-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2007.

Encaminhamento. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Encaminhar este Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Carauari, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.2. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 15, listados na



ACÓRDÃO Nº 34/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

fundamentação do voto-vista.

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Carauari e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral